

Restrição tenta abrandar pressão

ARNOLFO
CARVALHO

As duas principais medidas econômicas adotadas esta semana — aumento do percentual dos depósitos bancários que deve ser recolhido compulsoriamente ao Banco Central e restrição na venda de moeda estrangeira a turistas — têm como objetivo prevenir o agravamento da crise nas contas externas brasileiras, induzindo os bancos a tomar mais empréstimos no exterior e procurando conter os gastos do país com viagens internacionais.

Embora as autoridades econômicas falem em combater a inflação interna através da elevação de depósito compulsório (já que, tecnicamente, haverá menos dinheiro em circulação ao mesmo tempo que o Governo passará a dispor de novos recursos sem precisar vender títulos públicos no mercado), a realidade é que o objetivo básico é restringir o crédito interno e obrigar os bancos a forçar a obtenção de empréstimos no exterior.

O mesmo acontece com o encarecimento do dólar para turistas, provocado pela imposição de 25% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e com a orientação para que sejam entregues apenas US\$ 100 em espécie ou em cheques de viagem e o restante enviado por ordem de pagamento para o país de destino do viajante: o Banco Central pode estar querendo reprimir um pouco o "mercado negro" de dólar na medida em que isto significa perda de divisas, mas o objetivo principal é diminuir o déficit brasileiro com viagens internacionais.

As razões que levaram os ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, a decidir pelas duas medidas junto com o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, são claras: há algum tempo os gastos do Brasil com o pagamento de juros ao exterior e com a amortização da dívida externa começaram a aumentar tanto que este ano vão consumir cerca de 85% dos dólares que serão obtidos com as exportações de produtos brasileiros.

Até o semestre passado — apesar da dívida externa já estar projetada para US\$ 80 bilhões até o fim do ano — o Governo confiava no aumento das exportações e, principalmente, na tomada de empréstimos em moeda estrangeira junto aos bancos internacionais, para obter os recursos necessários para "fechar" o balanço de pagamentos do país — isto é, zerando as receitas com as despesas da nossa conta externa, sem deixar de honrar compromissos como vêm fazendo vários países não-industrializados.

Com o recente pedido de renegociação da dívida externa mexicana, estimada atualmente em US\$ 80 bilhões, os banqueiros estrangeiros e os represen-

tantes dos 146 países que integram o Fundo Monetário Internacional (FMI) se deram conta de que o sistema financeiro mundial está próximo do desmoronamento, pois os países devedores — entre os quais, por ordem de grandeza de seus débitos, os três maiores são México, Brasil e Argentina — poderão simplesmente dar um calote conjunto de aproximadamente meio trilhão de dólares.

Durante a reunião anual do FMI, realizada no Canadá no início deste mês, a principal preocupação das autoridades brasileiras foi demonstrar aos banqueiros internacionais que "o Brasil é diferente" do México, Argentina, Polônia e de outros países devedores que já não conseguem mais arcar com os pagamentos cada vez maiores de juros sobre empréstimos obtidos para pagar parcelas vencidas da dívida externa.

Os números do Banco Central indicavam até então que seria perfeitamente possível obter no exterior este ano cerca de US\$ 16,5 ou US\$ 17 bilhões em empréstimos em moeda para manter os compromissos em dia, mesmo porque no caso brasileiro os pagamentos não estão concentrados a curto prazo — ao contrário dos países que estão engrossando a fila dos devedores em crise cambial. Acontece que os gastos brasileiros estão cada vez maiores, em consequência da dupli-

cação das taxas de juros internacionais nos últimos três anos: a previsão é que gastaremos este ano US\$ 10,2 bilhões com pagamento de juros, além de US\$ 7,7 bilhões com amortização de empréstimos anteriores. Faltam, ainda, no mínimo US\$ 4 bilhões, mas há previsões de até uns US\$ 6 bilhões.

Se as exportações estivessem aumentando de acordo com as expectativas originais do governo brasileiro, poderíamos contar com recursos em volume suficiente, sem pressionar ainda mais o mercado de novos empréstimos. Mas a recessão mundial esgotou em menos de três anos a capacidade compradora de antigos e novos clientes do Brasil — e este ano nossas exportações deverão ficar no máximo em US\$ 21 bilhões, contra US\$ 20,5 bilhões de importações.

O serviço da dívida — composto de juros e amortizações, chegará, portanto, a US\$ 17,9 bilhões até o final do ano, comprometendo 85% das vendas externas do país. Para pagar as importações, o governo contará com os empréstimos externos e algum investimento estrangeiro, além do pequeno superávit comercial (diferença entre exportação e importação) esperado para algo em torno de US\$ 500 milhões.

Mas os gastos do país no exterior não se resumem a importações e serviços da dívida: pa-

gamos também fretes, seguros, assistência técnica, *royalties*, e despesas com viagens internacionais. Somente o déficit de turismo — representado pela diferença entre o que o país obtém de divisas com a vinda de turistas e o que paga ao exterior em passagens e moeda estrangeira vendida aos viajantes — atingiu, ao final do primeiro trimestre deste ano, o total de US\$ 92,2 milhões. Ao final de março o déficit global do balanço de pagamentos já estava em US\$ 386 milhões.

Junto com a crise no sistema financeiro internacional veio uma nova e mais grave ameaça às contas brasileiras: assustados, os banqueiros estrangeiros ameaçam reduzir os novos empréstimos para o Brasil, sobre os quais eles já cobram a mais alta taxa de risco (*spread*) do mundo, equivalente a 2,25% sobre a Libor (taxa interbancária de Londres). Este perigo ficou claro nos últimos dias, embora as autoridades brasileiras afirmem que a situação já estava normalizada na semana passada, e os ministros da área econômica passaram até mesmo a admitir veladamente um futuro pedido de empréstimo de emergência ao FMI — hipótese até então descartada, pois implicaria em desgaste político do país e na aceitação de medidas internas de caráter recessivo para reequilibrar a economia.